



4

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, José Manuel Martins Ribeiro, do **Primeiro Secretário**, António Jorge Macedo Pimentel e na ausência da **Segundo Secretária** foi convidada Filipa Sofia Guedes Faria para ocupar o cargo. O Presidente da mesa começou por informar que pediram a sua substituição, para esta sessão, os seguintes membros: Maria Mercedes Mendez Pardo e Rogério António de Sousa Gonçalves, ambos eleitos pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre, Artur Filipe Brandão Campos Aguiar, eleito pelo Partido Socialista e Maria Manuel de Freitas Gonçalves, eleito pelo Partido Social Democrata. Tomaram assento os elementos que se seguem nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quórum com a presença de quarenta e seis membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão, quando eram vinte e uma horas e trinta minutos-----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia Municipal que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem.-----

-----Entrou-se no PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Pelo **Primeiro Secretário** foi lido um Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Parlamentar “Fafe Sempre”: “Ao Grupo Nun’Alvares, na secção de fustal, pelo seu excelente desempenho desportivo com a sua participação no play-off de acesso à primeira divisão nacional da referida modalidade, pese embora o objetivo final da subida de divisão não tenha sido (ainda) alcançado, fica o registo histórico de uma excelente prestação desportiva, a qual teve honras de transmissão televisiva. Sendo tudo isto demonstrativo das suas capacidades atléticas e competências humanas e desportivas, e por distinguir um clube da nossa cidade, bem como elevar o nome da nossa terra aos mais altos patamares desportivos, propomos : que esta Assembleia delibere um Voto de Louvor ao Grupo Nun’Alvares”. Colocado à votação, **foi aprovado, por unanimidade.**-----



-----Usou da palavra **José Manuel Ribeiro Cardoso**, eleita pelo eleito pela lista “Unidos a Fafe” - PSD/CDS-PP”, para ler o seguinte Voto de Pesar: “ Faleceu no Mês de julho um ilustre fafense, António Gonçalves Macedo, que deixou um legado histórico brilhante, ao serviço da comunidade fafense e mesmo de espírito caritativo. Profissionalmente foi funcionário judicial nas comarcas da Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Santo Tirso, Paredes, Vila Verde, Fafe e Guimarães. E em 1981, no topo da carreira, foi Secretário Judicial de Fafe. E logo após a sua aposentação foi brindado com uma belíssima homenagem prestada por magistrados, advogados na liderança da Delegação de Fafe de Altino Antunes de Cima e funcionários. Durante décadas foi colaborador imprescindível na Paróquia de Fafe, em diversas áreas, tendo sido Presidente da Comissão Fabriqueira e responsável pelo Grupo Coral da Paróquia e pela organização do Encontro Arciprestal dos grupos corais paroquiais que se realiza há décadas no âmbito das Festas de Nossa Senhora de Antime. E também dirigiu duas décadas o Grupo Coral de Fornelos e durante mais de 30 anos o Grupo Coral da Paróquia de S. Gens. Todavia, um dos pontos mais altos da sua magnífica carreira foi, sem dúvida, a sua trajetória ascensional na Santa Casa da Misericórdia de Fafe, onde exerceu funções no Conselho Fiscal, Mesa Administrativa e como secretário e Vice-Provedor. E com o falecimento do Cónego Leite de Araújo passou a exercer funções de Provedor a partir de 24 de março de 1992, que se prolongou por uma década, tendo dedicado à Misericórdia 25 anos de serviço altruísta e comunitário. Durante o seu mandato foi concluído o Lar de Cepães, lançado o Lar para deficientes profundos e crianças abandonadas e transformou a Santa Casa na maior Misericórdia do Distrito de Braga. Em 25 de abril de 2002 foi distinguido pelo Município com a Medalha de Prata de Mérito Concelhio. Entretanto, o CDS propunha, face ao relevo indiscutível do seu histórico no campo profissional, social e comunitário seja aprovado por esta Assembleia Municipal o seguinte: 1. um voto de pesar pelo seu falecimento e que do mesmo seja dado conhecimento à família particularmente à viúva, Zulmira Ribeiro Fonseca. 2. Que a Assembleia Municipal aprove uma proposta de recomendação à Câmara no sentido de atribuição à título póstumo, a António Gonçalves Macedo a Medalha de Ouro de Mérito Concelhio”. Colocado à votação, foi **aprovado, por unanimidade**.-----



ly

-----De seguida, usou da palavra o **Diogo António Castro Antunes**, eleito pelo Partido Socialista, para ler o seguinte Voto de Pesar “O Grupo Parlamento do Partido Socialista eleito pela na Assembleia Municipal de Fafe, propõe um voto de pesar pelo falecimento do Senhor António Gonçalves de Macedo, Antigo Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Fafe. Nascido a 3 de julho de 1927, na freguesia de Travassós e tendo sido a sua última residência na cidade de Fafe. Fez instrução da sua terra natal e mais tarde foi admitido ao seminário Nossa Senhora da Conceição em Braga, no ano de 1940, onde frequentou os cinco anos do Curso de Filosofia e o primeiro ano do Curso de Teologia. Posteriormente por questões de saúde foi aconselhado a alterar o rumo da sua vida e decide enveredar pela área da justiça. Em 1952, no Tribunal Judicial da Póvoa de Varzim, toma posse como escriturário. Passou ainda pelos Tribunais de Viana do Castelo e Santo Tirso. Em 1961 é nomeado Escrivão de Direito do Tribunal Judicial de Paredes, passando por Vila Verde, Fafe e Guimarães. Em 1981, chega ao topo da sua carreira judicial com a nomeação para o lugar de Secretário Judicial do Tribunal de Fafe. Aposentou-se em 1992, com 40 anos de serviço e 65 anos de idade. Na Paróquia de Fafe ocupou diversas funções, tendo sido um Homem solícito, colocando os seus dons ao serviço da comunidade. Grande impulsionador e colaborador, desde a primeira hora, do encontros de Coros Arciprestais que se realiza na primeira vez semana de julho. Fez parte dos órgãos directivos da Santa Casa da Misericórdia Fafe e após a morte inesperado do Cónego Leite Araújo em março de 1992, em novembro é nomeado Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, cargo que ocupa por uma década, tendo no total dedicado 25 anos a esta causa, e foi durante a sua direcção concluído o Lar de Cepães e lançado o Lar para deficientes profundos e crianças abandonadas. Foi agraciado com a Medalha de Prata de Mérito Concelhio em 25 de abril de 2002. Tendo desempenhado funções também nos grupos corais das paróquias de Fornelos, S. Gens e Travassós. Pelo que propõe que a Assembleia Municipal, delibere: 1. Aprovar o presente “voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor António Gonçalves de Macedo, guardando um minuto de silêncio em sua memória; 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar” e que seja endereçado também à Santa Casa da Misericórdia de Fafe a ao Arciprestado de Fafe, reconhecendo o seu honorífico trabalho em prol da Cidade de



Fafe". Não havendo intervenções, foi colocado à votação, **foi aprovado, por unanimidade.**-----

-----Tendo se guardado um minuto de silêncio.-----

-----Voltou a usar da palavra o **Diogo António Castro Antunes**, eleito pelo Partido Socialista, para ler o seguinte Voto de Pesar: "O Grupo Parlamentar do Partido Socialista eleito na Assembleia Municipal de Fafe, propõe um voto de Pesar pelo falecimento do Senhor David Monteiro Peixoto, Presidente da Associação de Modalidades Amadoras de Fafe (AMAF), que à data do seu falecimento tinha apenas 42 anos e residia em Arões São Romão. Era casado e pai de dois filhos. Sucumbiu no dia 29 de julho, após luta contra um cancro, tendo dedicado grande parte da sua vida ao dirigismo desportivo e à promoção das atividades desportivas. Pelo que se propõe que a Assembleia Municipal de Fafe delibere: 1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do Senhor David Monteiro Peixoto, guardando um minuto de silêncio em sua memória; 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo ao teor deste voto "Voto de Pesar" e que seja endereçado também à Associação de Modalidades Amadoras de Fafe (AMAF), como reconhecimento pelo trabalho executado em favor do desporto amador de Fafe".-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, **foi aprovado, por unanimidade.**-----

-----Tendo se guardado um minuto de silêncio.-----

-----De seguida seguiu-se a intervenção de **Pedro Nuno Bastos Freitas**, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos "Fafe Sempre" que começou por dizer que trazia alguns questões sobre a pandemia que pretendia discutir com o Presidente da Câmara que foi o primeiro a alertar para de certa forma a perigosidade que era o Covid, atendendo que ele não estava, ficariam para outra altura. Abordou o famoso concerto em cima da arcada que tinha ficado conhecido à nível nacional, teria originado um inquérito no Ministério Público e um interno na própria autarquia, pelo que perguntava qual era o ponto de situação. Prosseguiu, dizendo que, os Serviços públicos prestados em Fafe estavam parados, e que não se compreendia o excesso de limitações ao acesso de determinados Serviços, quando os concelhos vizinhos já estavam com outra dinâmica, nomeadamente o Registo Civil, as Finanças e o próprio Centro de Saúde onde conseguir



6

obter uma consulta, um telefonema era muito difícil. Existiam, também, relatos de que o Centro de Saúde de Regadas estava completamente encerrado, levando as pessoas a deslocarem-se para Fafe, tendo solicitado uma verificação por parte do Município para apurar as necessidades no sentido de, quem sabe, poder ajudar. Terminou, dizendo que a obra da Central de Camionagem tinha sido dada como concluído, embora a parte exterior do edifício estar com muito mau aspeto.-----

-----Usou da palavra **Duarte Teixeira Rocha**, eleito pela Coligação “Unidos a Fafe” que, também, abordou o tema do concerto em cima da arcada, tendo Fafe, nessa altura sido capa de jornal, notícia na televisão, pelo que devia ser apurado o que tinha acontecido, tendo a Câmara responsabilidade acrescida. Tendo o PSD, em tempos, remetido uma carta com um conjunto de questões ao Senhor Presidente da Câmara a qual, até hoje, não tinha tido qualquer resposta, que passou a ler: “O Senhor Presidente tinha conhecimento da promoção, declaração de apoio e apelo à participação pelos meios oficiais da Câmara Municipal ao concerto em causa; O Senhor Presidente tinha conhecimento da instalação dos equipamentos de som e luz durante todo o dia de sábado por parte da produção; O Senhor Presidente tinha o parecer favorável da Direção Geral da Saúde ou de qualquer outra entidade habilitada, para a realização do concerto; O Senhor Presidente tinha feito recomendações de segurança à produção do concerto, para que estes cumprissem as regras estabelecidas pela Direção Geral da Saúde; O Senhor Presidente não licenciou a instalação do som, luz e ocupação de espaço público para a realização deste evento, conforme a regulamentação em vigor no Município; O Senhor Presidente tinha tido conhecimento que o espetáculo estava a decorrer sem qualquer tipo de licenciamento, mas mesmo assim, só tinha decidido terminar o concerto passado 50 minutos do seu início; O Senhor Presidente confirmava que não tinha havido nenhum técnico ou responsável da Câmara Municipal de Fafe a acompanhar a organização do concerto; O Senhor Presidente achava normal não ter tido conhecimento do que se passava num espaço público durante um período de pelo menos 12 horas, enquanto privados estavam a usufruir de infraestruturas, equipamentos, energia elétrica, entre outras, que pertencia ao erário público. Solicitou, ainda, que lhe fosse informado o resultado do inquérito interno que tinha sido instaurado, dado que se tinham passado algumas semanas e gostavam de saber se já



tinham sido tiradas as devidas conclusões. Relativamente ao início do ano letivo escolar, pretendia saber se o Município tinha preparado algum Plano de Contingência, no caso de existir um surto de COVID em alguma das escolas do concelho. Como era lógico, esperavam que tal nunca viesse a suceder, mas consideravam essencial e necessário estarem preparados para uma situação desta natureza. Por fim, uma vez mais, reclamava a transmissão em direto das Assembleias Municipais, que tinha sido aprovada em Assembleia Municipal, no ano de 2016. Nesta altura concreta da pandemia, era importante tal transmissão face à limitação de lugares de acesso ao público que desejasse vir assistir às mesmas.-----

-----Foi dada a palavra a **Maria de Fátima Pereira Caldeira**, eleita pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, que começou por dizer que, poucos dias após o início do ano letivo, queria dar nota a essa Assembleia de algumas situações que, de uma maneira geral, nada contribuíam para a calma e serenidade possíveis e necessárias de um ano letivo especialmente imprevisível e difícil. Tinha-se assistido a uma reorganização dos espaços físicos das escolas, de forma a permitir o cumprimento de algumas normas emanadas da DGS o que, na verdade, não era de fácil concretização em salas de aula. As turmas que, apesar dos constrangimentos a ter em conta face a situação de pandemia, tiveram um considerável aumento de alunos em relação ao ano letivo anterior, contrariando o cumprimento do distanciamento físico e a tão apregoada normalidade por parte dos nossos governantes. Prosseguiu, dizendo que o Município tinha noticiado a colocação de cerca de 60 funcionários (entre assistentes técnicos e assistentes operacionais) distribuídos pelos três Agrupamentos de Escolas, o que não correspondia bem a verdade. Uma vez que, a sua maioria, já exerciam funções nas escolas, através de protocolos com as Associações de Pais, o que significava que, a partir de agora, essa maioria de funcionários só passavam a ter um “novo patrão” o Município, sendo integrados no quadro de pessoal da Autarquia, o que era positivo, pois estava garantida a estabilidade profissional destes e dos novos funcionários não docentes, muito embora os Agrupamentos continuassem a debater-se com inúmeros problemas relacionados com a falta de pessoal. Ano após ano, a problemática dos “rácios” incluindo os funcionários que, por motivos mais ou menos graves de saúde, se ausentavam do serviço por longos períodos de tempo o que constituem verdadeiras



5

dores de cabeça às direções dos Agrupamentos e não ficavam resolvidas com estes 52 funcionários não docentes. Continuou, dizendo que não obstante este défice de recursos humanos, uma nova situação resultante da colocação dos Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais estava a causar algumas dificuldades na gestão deste pessoal não docente. Os primeiros “assistentes técnicos”, no entender da Autarquia, prestariam o apoio aos professores do 1º ciclo e os segundos “os da vassoura” exerciam funções no pré escolar, o que, como educadora de infância a entristecia e preocupava, como já tinha tido ocasião de o referir ao Vereador do Pelouro. Na sua opinião, que lhe transmitiu, o que seria acertado, era colocar os funcionários nos Agrupamentos e dar autonomia às respetivas direções para estas decidissem pela continuidade de funções onde todos eles tinham exercido durante os anos letivos transatos, ou seja permanecer no pré escolar ou no 1º ciclo quem sempre aí tinha desempenhado as suas funções. Estaria assim garantida a igualdade, a equidade e a qualidade das AAF's e CAF's, componentes sócio-educativas da inteira responsabilidade da Autarquia. Dirigiu-se ao Vereador do Pelouro, dizendo que sabia que ele revelava sensibilidade e preocupação para esse problema real que afetava as escolas e, que tinha a plena consciência do atípico e preocupante ano letivo que estava pela frente, pelo que questionou no sentido de saber se estava em condições de informar esta Assembleia se seriam dados aos Agrupamentos mais recursos humanos, uma vez que os existentes continuavam insuficientes. Relativamente, aos transportes escolares, perguntou se a Autarquia tinha conhecimento da forma com estavam a ser realizados. Ao contratualizar com as empresas de transportes públicos, gostava de saber se foi tido em consideração os horários de frequência e conseqüente transporte dos alunos, se os transportes eram os adequados, por forma a que os alunos permanecessem o menos tempo possível na escola, antes e após o final das aulas, como recomenda a DGS, ou se seria necessário levantar-se muito cedo e regressar tarde, tendo se sujeitar aos horários dos circuitos de carreiras normais, praticados pelas operadoras nos locais onde atuam. Se os alunos eram transportados tendo em conta o cumprimento do distanciamento social, ou seja, com a ocupação máxima de 2/3 da lotação dos autocarros e se a Autarquia fiscalizava esta prestação de serviço, exigindo às empresas operadoras o que exigia às Juntas de Freguesia. Terminou, propondo uma

h



recomendação à Câmara Municipal no sentido de homenagear ou agradecer, publicamente, e, em momento a definir, as Associações de Pais dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, reconhecendo o papel preponderante que tiveram e o trabalho zeloso e articulado entre o Município e os Estabelecimentos de Ensino. A dedicação e empenho dos seus Presidentes que muito tinha contribuído para a resolução de inúmeros problemas, sobretudo, os relacionados com os recursos humanos necessários ao bom funcionamento das nossas escolas pelo que eram dignos desse reconhecimento.-----

-----Solicitou a palavra **José Manuel Ribeiro Cardoso**, eleito pela Coligação “Unidos a Fafe PSD/CDS-PP”, que começou por relembrar o aniversário da elevação de Fafe a Cidade para o qual muito contribuiu o saudoso Dr. António Marques Mendes, tendo a Câmara feito justiça atribuindo-lhe a medalha de outro concelhio e o seu nome a uma das ruas da cidade. Prosseguiu, dizendo que o CDS tinha enviado uma carta ao Presidente da Câmara questionado sobre a violação das regras sanitárias no encontro da Arcada, no entanto, ainda não tinha tido qualquer resposta, pelo solicitou esclarecimentos sobre em que fase se encontrava o inquérito, quem eram os instrutores e para quando estava prevista a sua conclusão. Importava saber ao CDS a razão pela qual a Câmara tinha deixado a realização desse evento a cargo do artista e o porquê de não ter sido solicitado um parecer prévio à DGS, e, ainda, razão pela qual não tinha sido solicitado a presença da Polícia Municipal para a sua monitorização. Pelo que, enquanto representante do CDS, só pretendia uma clarificação por parte da Câmara porque tinha havido um erro e para que, no futuro, não se voltasse a repetir.---

-----De seguida, usou da palavra **Diogo António Castro Antunes**, eleito pelo PS, para dizer que o Grupo Parlamentar do PS pretendia apresentar um projeto que dizia respeito ao Caminho de Santiago de Compostela e sua passagem pelo nosso concelho. Nos últimos tempos, as actividades ao ar livre ganharam uma maior projecção, quer pela descoberta da natureza em si como fonte de harmonia, quer devido ao confinamento a que tínhamos sido votados nos meses transatos. Tendo-se, igualmente, assistido nas duas primeiras décadas deste século a uma valorização do tracking, o qual procurava aliar os trajectos naturais com a beleza cósmica, a arte e a história. Assim tinha nascido alguns romances de viagens pedestres. Dessa forma potenciava-se e



h

valorizava-se locais, regiões e património. A investigação realizada permitia aferir que Fafe tinha sido palco da “Rotas Jacobea”, mediante vários itinerários que cruzavam este concelho. Nesse sentido, gostava de propor o desafio de que fosse possível retomar o itinerário existente e proporcionar outros que integrassem a diversidade desta região nos variados âmbitos: geográfico, cultural e patrimonial. Estava convencido que essa aposta trazia Fafe para a ribalta e a introduzia no roteiro de Santiago, possibilitando a sua afirmação a nível regional, nacional e mesmo internacional. Além do mais iria permitir conhecer Fafe por um concelho ecológico e promotor de tracking. Assim sendo, apresentou alguns percursos já existentes e a construir: 1. Póvoa de Varzim – S. Pedro de Rates – Balazar – Vila Nova de Famalicão – Vermoim – Joane – Ronfe – Brito – Guimarães – S. Torcato – Quintãs, (entretanto depois no concelho de Fafe, via Castanheira, Macieiro, Compostela, Pena, Travassós, Vilar, Carvalho, Revelhe, Assento, Queimadela, Cheda, Felgueiras, Tojal, Gontim, Aboim, Touça, Pombal... e seguindo pela rota de Vieira do Minho que conduz a S. Bento da Porta Aberta e daqui segue para o caminho da Geira e dos Arrieiros para Santiago de Compostela); 2. Guimarães – Fafe (Pista de Cicloturismo Guimarães Fafe) – Estorãos – Senhora da Ajuda – Passadouro – Pedraído – Gontim (segundo o percurso anterior para Vieira do Minho) até Santiago de Compostela pelo denominado caminho da Geira e dos Arrieiros; 3. Fafe, Travassós, Vila Cova, Freitas, Serafão, Garfe (concelho de Póvoa de Lanhoso) seguindo depois o caminho por Terras de Bouro por S. Bento da Porta Aberta até Santiago de Compostela pelo denominado caminho da Geira e dos Arrieiros. 4. Outros caminhos poderão ser analisados. Prosseguiu, dizendo que existiam vários pontos de interesse na passagem no nosso concelho a saber, margens do Rio Vizela e Rio Ferro; Barragem de Queimadela, Património Arqueológico (como é o caso de Castanheira – Travassós); Escola António Joaquim Vieira Montenegro; Capela de Nossa Senhora das Graças e Araucária (Travassós); Igreja Tricentenária de Pedraído; Santuário de Nossa Senhora das Neves (Aboim); Rota Camiliana de Paço; Aldeias rurais; Pontes Rurais; Património religioso e civil; casas brasonadas. Tinham sido diagnosticados alguns meios que poderiam ajudar a divulgar, como o Travassós Running Fafe; Sociedade de Recreio Capanense; Restauradores da Granja; Green Moments. Elancou os contactos para a concretização do projeto: a Associação Espaço Jacobeus, tendo proposto como slogan



RPP (reagir, promover, provocar), pelo provocavam todos os membros da Assembleia a que pudessem colaborar com esta proposta. Terminou, propondo a criação de uma comissão para alicerçar esta ideia.-----

-----Foi dada a palavra a **Sérgio Andrade Correia Bravo**, eleito pelo PS, para dizer que, o Grupo Parlamentar do PS aqui representado nesta Assembleia depositava total confiança política e institucional na competência no executivo municipal, isto porque circulavam por aqui supostas e alegadas notícias que a bacia hidrográfica da Barragem de Queimadela estava a ser poluída, pelo que o Município de Fafe já tinha feito uma queixa no Ministério Público contra desconhecidos acerca do alegado foco de poluição, para que fosse averiguado se de facto se tratava de um foco de poluição, se era um fenómeno natural ou se era algo da responsabilidade de alguém, pelo que se se verificar o que fosse, então contariam com a competência do executivo para tomar as medidas necessárias para erradicar o foco do maior ex-libris natural deste concelho. Prosseguiu dizendo que, o que era da justiça era da justiça, caso se viesse a identificar algum problema de âmbito político, então o mesmo seria resolvido pelo Executivo Municipal que, sempre nos tinha habituado a resolver assuntos que eram da sua estrita competência e responsabilidade, pelo que era prematura fazer leituras políticas sobre as supostas notícias que circulavam que só prejudicavam a imagem de Fafe e não defendiam os interesses de Fafe, nem dos Fafenses.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Francisco José Gonçalves Pinto**, eleito pela Coligação “Unidos a Fafe PSD/CDS-PP”, que iniciou a sua intervenção abordando o assunto do Cemitério Municipal atendendo que o mesmo estava a atingir o seu limite, gostava de saber o que tinha sido feito pela Câmara para um possível alargamento do mesmo. Solicitou esclarecimentos sobre as obras no Bairro da Cumieira, como todos sabiam, existiam apartamentos que eram de propriedades privadas, pelo que pretendia saber se essas obras iam ser imputadas aos mesmos, se sim, e uma vez que a obra estava a decorrer, a razão pela qual ainda não tinha lhes tinha sido comunicado as respetivas cotas partes a cada um deles. Ao que tinha apurado, as pessoas estavam preocupadas e já tinham pedido uma reunião com o Presidente da Câmara, reunião que devido à COVID, ainda não tinha ocorrido, pelo que era necessário esclarecer isto



h

de uma vez por todas. Terminou, fazendo um pedido para que no próximo orçamento estivesse previsto uma pequena verba para que fosse efectuada uma intervenção no piso da Pista de Cicloturismo que era um local muito frequentado.-----

-----Solicitou a palavra **Palmira Teresa Moreira Dias**, eleita pelo PS, que iniciou a sua intervenção dizendo que tinham passados poucos dias desde o arranque do novo ano letivo e se, em anos anteriores, o apoio do Município de Fafe, no âmbito das suas competências na promoção da igualdade de oportunidades, do sucesso educativo era relevante, no contexto atual, tornava-se imprescindível, assim era com agrado que o PS tinha visto o esforço que a Autarquia tinha e continuava a investir para dar resposta às necessidades e solicitações dos Agrupamentos de Escolas, no que respeitava à logística necessária, era de louvar a colocação, melhor regularização do pessoal não docentes tão necessário e imprescindível ao funcionamento das escolas e a quem, muitas vezes não era dado o merecido reconhecimento. Prosseguiu, dizendo, que ainda não era o suficiente, porque quem trabalhava na realidade todos dias, bem o sabia e sobre tudo no contexto que se estava a viver, mas era sem dúvida um esforço que se tinha feito. O esforço da Autarquia, das Juntas de Freguesia carecia, por vezes, de reciprocidade, de empenho, por parte de toda a comunidade educativa e nomeadamente dos Agrupamentos, porque nem todos eles tinham esse reciprocidade, com o devido respeito, também deveria ser exigida a todas as famílias porque eram os primeiros colaboradores. No que respeitava à pandemia, o que era hoje poderá não o ser amanhã, pelo que a responsabilidade e o empenho de todos será mesmo imprescindível.-----

-----De seguida, usou da palavra **Manuel Cristovão Ferreira Barbosa**, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” para dizer que o assunto que ia abordar era a poluição na Barragem de Queimadela, bem como o que se passava a jusante. Neste momento, entre outros problemas que estavam na ordem do dia, e o que a todos, certamente, preocupava neste concelho, era o facto de que, passados mais de três anos desde a assinatura do protocolo entre o Município de Fafe e Associação Portuguesa do Ambiente (APA), se estava a abordar, mais uma vez, um problema gravíssimo de poluição, agora na Barragem de Queimadela e, conseqüentemente, do próprio Rio Vizela. Num país deveras desenvolvido, estes tipos de comportamentos e

ly



estes procedimentos poderiam ser equiparados a um filme de ficção. Era caso para perguntar se ainda estávamos num país em vias de desenvolvimento. Recordavam que o protocolo assinado em 28 de abril de 2017, com a APA, tinha dado origem a um cheque no valor de 2 milhões de euros, aproximadamente, e tinha surgido no seguimento de uma luta aguerrida que tinha sido exercida por ambientalistas de Fafe, pela Associação Amigos do Ambiente de Cepães e Fareja, e por mais três associações ambientalistas de Vizela, com a Petição “Vamos Salvar o Rio Vizela”. Como sabiam, a Barragem de Queimadela, o Rio Vizela e as Serras de Fafe, entre outros recursos endógenos do concelho, atraíam inúmeros visitantes durante o ano e não podiam permitir que essa mais valia fosse perdida, que Fafe tinha para desenvolver o turismo e a economia local. Também, não podiam tolerar que o concelho de Fafe foi conhecido por esses maus exemplos, os quais prejudicavam as empresas e os cidadãos, sendo pois tempo de acabar definitivamente com todos esses focos de poluição, para se poder dar um sinal de maior confiança a que nos visitava e a quem o pretendia fazer. Não queriam acusar, fosse quem fosse, da prática desse ou de qualquer tipo de crimes ambientais mas esperavam e, estavam expectantes, que as investigações do Ministério Público fossem feitas com celeridade e transparência. Pelo que, devia-se investigar bem, desde os procedimentos das Águas do Norte ao simples tratorista que esvaziava fossas sépticas e que fazia a descarga da cisterna na rede hídrica, a montante ou a jusante da Barragem de Queimadela e inclusive, até à saída da ETAR de Serzedo, no concelho de Guimarães. Quem estava atento aos crimes ambientais, sabia do que estavam a falar. Também, estavam expectantes em conhecer os resultados que iriam surgir com a possibilidade de se regenerar a cidade através da ARU e se seria dessa vez, que se iria acabar com flagelo do entroncar redes de esgotos com a rede de águas pluviais na cidade de Fafe cujo destino final era a rede hídrica. Estavam muito dececionados com tudo o que se passava na Bacia Hidrográfica do Rio Vizela e voltava a perguntar ao Presidente da Câmara se já tinham começado as investigações por parte do Ministério Público e se, fosse o caso, qual era a data prevista para o seu termino e que resultados esperavam obter através dessas investigações. Outra questão que colocava era saber o que tinha feito a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, em Fafe, no domínio da prevenção e



3

combate aos focos de poluição e quantos autos de contra-ordenação tinham sido levantados nos últimos anos por crimes ambientais cometidos. Gostava de saber que ações tinham sido desenvolvidas pela APA nesse contexto, e que resultados poderia apresentar o Município no seguimento das diligências feitas nos últimos meses pela GNR, pela SEPNA, pela Polícia Municipal, e se existiam autos e quantos tinham sido levantados até ao presente dia. Terminou, pergunto a partir de quando o Município ia dar cumprimento ao mencionado no protocolo assinado com a APA e qual a data prevista para a sua conclusão.-----

-----Solicitou a palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes**, eleito pelo PS, para dizer que, também, o Partido Socialista não ficava indiferente a tudo que se passava na Autarquia e, naturalmente, não o tinha ficado a um evento que tinha suscitado vários comentários e dúvidas. O mesmo, no dia seguinte, originou um comunicado do PSD, tendo o PS na semana seguinte dado resposta onde manifestou o seu desagrado e tendo explicado o que havia para explicar. Prosseguiu, dizendo que nessa altura já teria tido uma queixa para o Ministério Público. Tendo o Presidente da Câmara dado todas as explicações as questões colocadas, e para descanso da população, determinou um inquérito interno. Pelo que a partir desse momento, para o Partido Socialista, o assunto estava suspenso ou seja não podia nem devia, nem era seu hábito, comentar casos que estivessem entregues ao Ministério Público. Prossegui, dizendo que tinha ficado à espera que alguém da oposição, se lembrasse dos dezasseis concertos musicais que se tinham realizado no mesmo local, só que com uma pequena diferença, esses tinham sido organizados e realizados pela Câmara Municipal, e desses ninguém tinha falado, porque todos eles tinham corrido bem. Teceu vários comentários sobre a intervenção de Duarte Teixeira Rocha. Por fim, agradeceu à Câmara a realização de todos os outros concertos que tinham sido promovidos para dar alento a uma classe que se encontrava desprotegida, os artistas musicais, técnicos de sons, produtores, realizadores.-----

-----Usou da palavra **Duarte Duarte Rocha**, eleito pela Coligação “Unidos a Fafe” para responder ao deputado Armindo Tavares esclarecendo que quando se referiu a um inquérito, estava a referir-se a um inquérito interno da Câmara, tendo tecidos vários comentários sobre os referidos concertos.-----



-----Foi dada a a palavra a **Bruno Manuel Silva Oliveira**, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” que começou por lembrar que, logo no início do mandato tinha levantado a questão sobre a comunicação e a forma como eram comunicadas as atividades que existiam no concelho que, no seu entender, poderiam ser melhoradas. Prosseguir, dizendo que as redes sociais, no momento, eram a melhor forma de divulgação e que amanhã, neste auditório iria realizar se a apresentação de um álbum de um cantor, sendo a estreia em Fafe, e lamentavelmente a primeira publicação que tinha havido nas paginas e site do Município tinha sido à três dias, tecendo várias criticas a esse respeito.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi sugerido que a Câmara usa-se os e-mail dos membros da Assembleia para fazer essa divulgação porque muitas vezes, também, não sabiam da realização dos eventos.-----

-----Foi dada a palavra ao **Vice Presidente da Câmara** para dizer que o seu trabalho se divida em fases, primeiro transmitir ao Senhor Presidente todos os contributos mencionados, iria tentar responder às questões para as quais se encontra habilitado. Relativamente a questão da realização do concerto, dizer, apenas que o Senhor Presidente já tinha lamentado o acontecimento, alias todos, já tinham tido que, de alguma forma, tinha sido cometido um erro, tendo sido promovido um inquérito interno que estava a decorrer. Estava, também, a decorrer um outro inquérito do âmbito do Ministério Público, apenas acrescentar que um mês depois, não tinha havido uma influencia direta relativamente ao número de casos de pandemia em Fafe;-

- Relativamente à dificuldades de acesso dos Municípios aos serviços públicos, nomeadamente aos centros de saúde, sabia que o Senhor Presidente tinha feitos vários contactos para tentar ultrapassar essas dificuldades;-----

- Tinha a certeza que o Senhor Presidente não iria deixar de responder às cartas que lhe tinham sido dirigidas que, certamente estava à espera da conclusão do inquérito;---

- Sobre as gravações das sessões da Assembleia, não sabia se era competência da Câmara ou da Assembleia;-----

- Relativamente as rotas dos Caminhos de S. Tiago, agradeceu o seu contributo.-----

- Acerca do Cemitério, os serviços técnicos já estavam a tratar do assunto, também sobre a Pista de Cicloturismo, de facto, para os utilizadores de bicicleta o piso tinha



67

algumas irregularidades, mas entendia que o assunto estava nos planos do Senhor Presidente, num futuro próximo.-----

- Sobre as obras da Cumieira iria transmitir ao Senhor Presidente as preocupações que tinham sido manifestadas;-----

- Relativamente ao foco de poluição na Barragem de Queimadela, como todos sabiam, a Câmara tinha feito de imediato uma participação ao Ministério Público, até porque era a entidade mais interessada em descobrir o que poderia ter acontecido;-----

- Sobre a divulgação dos eventos, irá transmitir ao Senhor Presidente;-----

-----Terminou, dando a palavra ao Senhor Vereador Dr. Pompeu Martins que procedeu aos esclarecimentos solicitados a cerca do arranque do ano letivo e sobre os transportes escolares, tendo dado uma palavra de agradecimento e reconhecimento a todos os agrupamentos de escolas do concelho, bem como aos Presidentes de Junta. Por fim prestou esclarecimentos sobre o pessoal que tinham sido contratado. -----

-----Entrou-se no **Período da ORDEM DO DIA.**-----

Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal. **A Assembleia tomou conhecimento.**-----

Ponto dois ponto dois – Apreciação e Votação da Proposta de Contrato de Comodato e contrato de Desenvolvimento Desportivo com a Associação Desportiva de Fafe.-----

-----Solicitou a palavra **Duarte Teixeira Rocha**, eleito pela Coligação “Unidos a Fafe”, para alertar sobre o facto de existir à vários anos um diferendo sobre uma parcela desse terreno fazia parte deste contrato, pelo que pretendia saber se essa situação já estava resolvida.-----

-----O **Presidente da Mesa** esclareceu que os terrenos já eram propriedades do Município.-----

-----Solicitou a palavra **Joaquim Magalhães**, eleito, pelo PS, para dizer que nada tinha contra a Associação Desportiva de Fafe, nem contra o executivo, no entanto, achava que já deveriam estar resolvidos todos os assuntos pendentes com os terrenos e com os seus proprietários.-----

-----O Deputado **Joaquim Magalhães**, eleito pelo PS e **José Manuel Ribeiro Cardoso**, eleito pela Coligação “Unidos a Fafe PSD/CDS-PP”, ausentaram-se da sala.-----



-----Não havendo mais intervenções, a **Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto dois e ponto três - Apreciação e Votação da Proposta de Fixação da Taxa de Derama para o Exercício de 2020, receita a cobrar em 2021. **A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto dois ponto quatro - Apreciação e Votação da Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2020 (a liquidar em 2021); **A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

-----Colocada à votação a ata da sessão extraordinária de dois de setembro de dois mil e vinte, foi aprovada, com quatro abstenções.-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte e três horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e cinco de de dois mil e vinte.-----

-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----